

**A Invenção da Amazônia: migrações, luta pela terra e conexões étnico-culturais.
Ceará-Amazônia. 1870/1915**

Edson Holanda Lima Barboza*

Resumo: Buscamos trazer atividades de migrantes cearenses no mundo do trabalho e nos meios de acesso ou exclusão às políticas de colonização na Amazônia entre 1870/1915 - quando elites locais, com o interesse de integrar regiões do norte úmido ao mercado mundial, exigiam produção de discurso comum para setores hegemônicos, acirrando tensões entre diversas matrizes étnicas. Como migrantes elaboravam táticas de negociação e/ou negação a novos modos de vida? Quais espaços de solidariedade e resistência (re)inventaram? As experiências de rebeldia e/ou deferência que portavam eram importantes para definir suas ações em novas zonas de contato? O projeto de dirigentes do processo de "interiorização do Brasil" (atrair um trabalhador branco, civilizado e europeu) foi bombardeado por homens e mulheres mestiç@s, com vivências questionáveis para defensores da nova ordem Capitalista.

Palavras chaves: Ceará, Amazônia, Zona de contato.

Abstract: We search to bring activities of migrants from Ceara in the world of work and means of access or exclusion to the policies of colonization in the Amazon from 1870 to 1915 - when local elites, with the interest to join regions of the wet northern to the world market, required production of an ordinary speech to hegemonic sectors. Aggravating ethnic tensions among various matrices. How did migrants develop tactics of negotiation and/or denial of new ways of life? What areas of solidarity and resistance did they (re) invent? Were the experiences of rebellion and/or deference which they've gotten important to define their actions in new areas of contact? The project of leaders of the of "internalization of Brazil" process: attracting a white, civilized and European employee, was bombed by mixed men and women, with questionable experiences to supporters of the new Capitalist order.

Keywords: Ceara, Amazon, Zone Contact.

Introdução: a borracha na invenção da Amazônia.

A historiografia sobre a Amazônia e o processo de ocupação da região costuma aprisioná-la em pólos opostos, a região é apresentada ora como *El dorado*, ora como *Inferno Verde*.¹ Aparentemente imagens irreconciliáveis, mas acreditamos fazerem parte de um mesmo jogo de construção de representações; em ambas, elementos da economia e da

* Doutorando em História Social – PUC/SP, Bolsista da CAPES/PROSUP.

¹ Tal oposição é bem evidente na análise das obras de: NERY, Frederico de Santa-anna (Barão). *O País das Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979. (Traduzido da edição francesa de 1899, teve sua 1ª publicação em Paris em 1885 com o título: *Le Pays des Amazones, L'El-dorado, Les Terres a Caoutchouc*) e RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: Scenas e Scenarios do Amazonas*. Tours: Typografia Arrault & Cia, 4ª edição, 1927. (1ª edição de 1908 com prefácio de Euclides da Cunha). Publicações que geralmente são apropriadas acriticamente ainda hoje para levantar argumentações sobre a reflexão do papel da Amazônia no cenário nacional.

natureza são postos em evidência, enquanto que seus habitantes, sejam os originários ou os migrados, são colocados em segundo plano, como vítimas e subalternos. Não buscamos fazer uma leitura revisionista do processo de ocupação e negar as violências do sistema seringalista e os desafios ambientais impostos pelo convívio com a floresta, porém não devemos simplesmente reproduzir perspectivas tradicionais forjadas por elites locais nos debates da passagem do Império e sua política centralizadora, que fechava os olhos para os problemas do norte; e a República com a nova autonomia fiscal proporcionada para os estados.

Para avançar a análise, é preciso mesmo questionar: como surgiu o discurso que identificou a Amazônia como uma região? Pretendemos problematizar o debate, tentando perceber o jogo de contradições travado na passagem do século XIX ao XX, em que do espólio ou das ruínas do “norte” do Império, podemos perceber emergir a imagem de duas regiões: a seca inventou o nordeste como uma unidade geográfica e social que precisaria de uma atenção específica de combate à calamidade - recursos financeiros para a construção de barragens e açudes, o que logo esteve associado à consolidação da indústria da seca (ALBUQUERQUE JR., 1999). Já o monopólio da borracha, com a integração direta do Norte úmido ao mercado mundial, centralizou interesses de elites locais do Pará ao Acre: a borracha foi a liga que consolidou a perspectiva da Amazônia como uma região. É nesta medida que poderemos compreender as tensões entre setores que defendiam o extrativismo ou a agricultura, o *Inferno Verde* ou o *El dorado*. Importa analisar e desconstruir o discurso regionalista, pois o conceito de identidade a partir da região foi apresentado para omitir o papel de diferentes projetos colocados em disputa, conflitos sócio-culturais e modos de vida.

A identidade regional foi constituída tendo como fundamento a base territorial, os elementos da natureza e não os grupos étnicos que já estavam presentes ou os que a ocuparam a seguir. O critério de identificação teve como retórica o espaço e não o povo que o habita, opção que fortalece as redes de poder: “a identidade pelo espaço vai fornecer importantes elementos legitimadores para a forma de dominação vigente” (MORAES, 1991: 169). Assim, a naturalização do papel exercido pela borracha na produção da região amazônica obscurece a ação de sujeitos e projetos sociais diversos.²

Se para nossa compreensão contemporânea soa estranho se referir à *Invenção da Amazônia*, a sensibilidade no fim do século XIX parecia ser outra. Em 1888, na Corte do Rio

² Outra matriz de referência poderia ser a Cabanagem, mas tudo que os defensores dos valores de civilização que tinham o norte da Europa como modelo de progresso não queriam era evidenciar a multiplicidade de culturas, principalmente as africanas e indígenas apontadas como inferiores e mestiças. A borracha e sua conexão ao mercado mundial foram as chaves para a introdução dos processos de modernização e consolidação do poder de setores tradicionais compostos por homens “brancos” e civilizados.

de Janeiro, Mâncio Ribeiro, Deputado pelo Pará, mencionou os “vastos horizontes da Amazônia” em um discurso na Câmara, causando alvoroço entre seus pares. Um colega mineiro afirmou na ocasião não saber “onde é essa Amazônia de que o deputado tanto tem falado.” Coelho Rodrigues, lente da Faculdade de Direito do Recife foi mais enfático: “ultimamente vai-se acentuando, em algumas de nossas províncias, certa tendência separatista que traduz-se nas novas denominações de ‘pátria paulista’, ‘Amazônia’, etc., que me fazem recear também a divisão do Brasil se mudar a forma de governo.”(MELLO, 1999: 15)

Consideramos importante situar este debate, uma vez que a tradição de migração entre o Ceará e as antigas Províncias do Norte (Maranhão, Pará, Amazonas e depois o Acre) foi edificada partindo deste jogo de oposições entre realidades regionais contrastantes. Embora focar a análise somente no “discurso regional” possa correr o risco de obscurecer contradições e hierarquias de poder existentes tanto na “Amazônia”, no “Nordeste” ou no “Ceará”; o discurso em torno da(s) identidade(s) “amazônica” ou “cearense” não pode mascarar as tensões e profundos confrontos travados no processo de produção destas regiões.

Analisamos os modos de ser e de estar de migrantes cearenses na constituição de hibridismos culturais, vivenciados pelos sujeitos envolvidos na ação migratória: agentes públicos, trabalhadores e trabalhadoras pobres livres ou escravizados, “nacionais” ou estrangeiros – africanos ou europeus. Ao falar em culturas híbridas não estamos supondo a ausência de tensões, orientamo-nos pela perspectiva de Benjamin Abdala Junior, para quem o hibridismo “pressupõe, ao contrário, a possibilidade de se desenvolver práxis mais ativas, criativas e livres, sem preconceitos, já que todos não deixamos de ser híbridos ou mestiços.” Desta forma, não buscamos retirar o migrante cearense da condição de vítima e alçá-lo a condição de herói (como fez Cassiano Ricardo ao identificar que o cearense reeditou a missão do bandeirante na conquista do Acre). Buscamos perceber sua condição humana repleta de contradições, impregnada de modos de vida que lhe são novos, onde, na experiência de contato, temos tais agentes incorporando constantemente outras práticas culturais, em um constante movimento de tradução subversiva; um processo de contínua transformação que vai produzir identidades múltiplas (cearense, camponês, amazônica, ribeirinho, seringueiro, operário) e que “será seu contexto situacional que definirá a dominância entre caracteres que se cruzam.” (ABDALA JR., 2004: 13-19)

Nem todos eram seringueiros: agricultura, núcleos coloniais e frentes de trabalho.

Até os anos 1880, quando o discurso que unificava setores dirigentes ainda não estava consolidado, percebemos uma oposição clara entre os interesses da elite paraense e amazonense; enquanto setores ligados ao extrativismo no Amazonas viam com bons olhos a abertura de estradas de exploração de seringueiras na mata; o governo do Pará lamentava a perda de braços das áreas agrícolas. Apontando que até o grande *boom* do preço da borracha no fim do século era difícil identificar interesses comuns na futura elite amazônica, embora as rivalidades entre Pará e Amazonas não desaparecessem. Com a ascensão das áreas de produção no Acre, os portos de Belém e Manaus vão se engalfinhar na briga pela comercialização da borracha de novos setores produtores. Contudo, a disputa não seria mais entre dois modelos de exploração extrativismo *versus* agricultura, mas pela afirmação da hegemonia no escoamento da produção de borracha: momento que proporcionou às duas cidades entrar num processo de acumulação de recursos que promoveram obras públicas (iluminação, linhas de bondes) e crescimento comercial, atividades que exigiam mão-de-obra.

Belém, uma cidade na época com mais de 300 anos, ocidentalizou-se e a jovem Manaus saiu da condição de ponto de apoio à navegação do Amazonas para se tornar uma urbe moderna no meio da floresta. Porém, o progresso econômico traz consigo o aumento populacional e só aprofunda a questão do abastecimento agrícola que já era um problema sintomático desde os anos 1870, quando estavam em pauta não somente no Norte, mas em todo Império, políticas de revitalização da agricultura e colonização das terras ditas improdutivas, daí que surgiram as iniciativas da formação de núcleos agrícolas e políticas de colonização. As Províncias do Norte demonstravam sua insatisfação com a política imperial de privilegiar os projetos imigrantistas no Sul. Maranhão, Pará e Amazonas também queriam ingressar no esforço de branqueamento e civilização das raças em curso naquele momento.

É evidente o (des)equilíbrio do desenvolvimento da lavoura nas décadas finais do Império, quando estava na ordem do dia articular as políticas de trabalho e acesso à terra. Tanto durante a ordem imperial, como na republicana, as unidades provinciais ou da federação, situadas acima da Bahia, estavam excluídas das políticas públicas que emanavam do Rio de Janeiro. A política econômica do Império e da Primeira República estava voltada para os interesses da grande lavoura, leia-se o café, em regiões fluminenses ou do oeste paulista. Desta forma, o ano de 1878 foi emblemático: entre janeiro e junho de 1878 foi convocado, pelo *Gabinete Sinimbu*, o *Congresso Agrícola*, realizado no Rio de Janeiro, para discutir os problemas ligados diretamente às plantações de café, mobilizando as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Em desagravo, no mesmo ano, em

Pernambuco, a *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco* convocou o *Congresso Agrícola do Recife*, que voltou sua preocupação para a decadência da produção açucareira. Em ambos percebemos uma preocupação objetiva de setores do governo e da elite agrícola dirigida a alternativas para a estruturação da grande lavoura no Norte (açucareiro) e no Sul.

Contudo, não houve perspectivas para debater a questão da pequena propriedade, a diversificação da produção, o extrativismo ou a pecuária. Esta constatação é fundamental, pois possibilitou que setores no Norte do Império ficassem fora de políticas oficiais do Estado, permitindo uma ingerência de elites locais na condução da política de mão-de-obra. Mas, em contra ponto, acreditamos que esta ausência do poder estatal também foi percebida pelas camadas populares. Assim, o percurso rumo ao Norte, à fronteira verde, apresenta-se como uma perspectiva de reconstruir a vida longe do poder central com seus impostos, recrutamentos forçados e centralização econômica. Enfim, estratégias de sobrevivência distantes da direção saquarema, das oligarquias do café ou das oligarquias tradicionais do Norte Agrário.

A década de 1870 aparece rica de possibilidades, quando começaram a ser articuladas as preocupações com o trabalho compulsório, o trabalho livre e o tráfico interprovincial; apontando para desequilíbrios populacionais entre a população cativa e liberta nas regiões norte e sul do Império, algo nada desejável ante a recente Guerra Civil Norte-Americana.

Como estas problemáticas apareciam nas províncias que estavam fora do circuito da grande lavoura? A “indústria agrícola,” em localidades do Maranhão e do Pará, passava por momentos de severa crise, cada qual com suas peculiaridades. No Maranhão, o Presidente da Província apontava como barreira à lavoura a falta de braços causada pelo tráfico interprovincial e a perda de braços válidos destinados aos combates na Guerra “contra o governo da republica do Paraguay.”(MARANHÃO, 1877: 21). Em um primeiro momento, o governo pensou na imigração estrangeira. Desde 1853, iniciou o processo de criação de colônias agrícolas e incentivos a contratos de parceria na tentativa de trazer “homens laboriosos e moralizados” para os campos maranhenses. Contudo, tais iniciativas não alcançaram o efeito desejado. Em 1870, na Colônia Izabel, a pioneira, só havia 81 colonos portugueses. As autoridades provinciais insistiam em buscar resolver o problema da mão-de-obra devido à possível estagnação dos setores produtivos:

(...) causa-me a um tempo sentimento e pasmo a placidez e indiferença com que os nossos fazendeiros aguardam o futuro: com a resignação do mussulmano, ou a imprevidência do índio, veem formar se a nuvem precursora da borrasca, e nem se quer tentam meios de prevenir-lhe os effeitos! (...) A lei de 15 de julho do anno passado autorisou a presidência a crear colonias agrícolas nas comarcas em que fossem convenientes, e a promover a introdução na província de colonos estrangeiros.(MARANHÃO, 1871: 59)

Porém, no Maranhão, a política de criação de colônias agrícolas não avançou. Os proprietários preferiram os contratos de parceria, que não tinham uma boa recepção entre os imigrantes, havendo ainda a concorrência das províncias do sul do Império e da República Norte-Americana. Assim, “por ora, a esperança de colonização estrangeira para o Brasil, e especialmente para as províncias do norte, é inteiramente vã e ilusória.” Se a imigração estrangeira estava fadada ao fracasso, os trabalhadores nacionais surgem como alternativa. Para tanto, seria preciso buscar “por todos meios possíveis dar á nossa população rural hábitos de trabalho, de economia e de ordem.” Tarefa nada fácil uma vez que o próprio Presidente da Província, Almeida D’Albuquerque, apontava como motivos da decadência da agricultura o modo de vida rústico do camponês dominado pela “ignorância, a ausência da civilização”; quando não cultivava a razão, a ordem física ou moral “contenta-se com o absolutamente indispensável para manter a vida animal, e por tanto não se esforça por adquirir os meios de viver bem, e entrega-se á indolência e á incúria.” Havia ainda “a facilidade” de obter os “meios materiais de viver.”(MARANHÃO, 1876: 19). Percebemos aqui um choque claro de expectativas entre os projetos do Estado ligados à lógica da produtividade e do lucro e os modos de vida tradicionais de comunidades camponesas, baseados na subsistência.

No Pará, no limiar dos 1870, os debates giravam em torno da decadência da agricultura e do despovoamento da Província, em decorrência do êxodo de braços válidos para as atividades extrativistas em direção à Província do Amazonas: “Não temos braços, se diz, no entanto 5.000 pessoas immigram desta provincia para a provincia do Amazonas nos três últimos annos”(PARÁ, 1872: 58). Em uma população estimada, no censo de 1872, em torno de 250 mil almas, esse número é bastante significativo. Durante o período, o abastecimento de Belém dependia essencialmente de importações de outras praças: o café vinha do Ceará e do Rio de Janeiro, a farinha do Maranhão, o açúcar de Pernambuco.

O Pará, até então, era a segunda maior unidade em extensão territorial, perdendo apenas para o Amazonas, e eram províncias excluídas de uma política de povoamento e colonização. Sem contar com o impacto da repressão à Cabanagem, em que populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas foram, sistematicamente, perseguidas e dizimadas no combate ao movimento; estimativas indicam números de 30 a 40 mil mortos, desarticulando profundamente a economia local.

Nos relatos oficiais inclusive há um silêncio a respeito do movimento. Negros e índios, quando são citados, é somente para caracterizar os aspectos negativos que a mestiçagem teve na formação da população local. Em algumas versões a mistura de sangues teria eliminado características positivas das comunidades ditas primitivas. A identidade

mestiça e cabocla não servia aos ideais em voga de civilização e progresso: “O Tapuyo do Pará, com seu casebre de palha, assoalhado de taboas grosseiras e edificado sobre águas, (...) sem aspirações de melhorar a sua sorte a que elle julga immutável e que com ella alegremente se conforma, não me parece que possa vir a ser agricultor laborioso”(PARÁ, 1875: 67).

Vicente de Azevedo, ao passar o cargo de Presidente da Província para Sá e Benevides, em janeiro de 1875, elegeu três causas para o declínio da atividade agrícola: a falta de braços, provocada pela fuga de escravos (só nos mocambos do Rio Trombetas supunha-se haver mais de 500 rebeldes); outro elemento seria a recusa pelo trabalho regular “dos habitantes de origem indígena que herdaram e conservam grande repugnância para qualquer trabalho que suspeitem ser obrigatório, pela notável indiferença para o dinheiro” e, por fim, a autonomia e independência do extrativismo, pois “são trabalhos que se coadunam perfeitamente com seus costumes tradicionais e elle os faz com diligencia e sem a menor repugnancia, contanto que ninguém os vá inspecionar ou dirigir.” (PARÁ, 1875: 62)

Observamos que somente após os estudos de Pimenta Bueno (1882) e a campanha em defesa da imigração espontânea de europeus, liderada por Frederico de Santa-anna Nery (1887), futuro barão, foi que os atrativos econômicos e a garantia da ocupação das regiões de fronteira reconfiguraram o papel do extrativismo, da borracha e da unidade de interesses das elites locais no Norte Úmido.

Aliás, nos relatórios de presidente de província, a primeira vez que encontramos uma referência à Amazônia como um bloco regional unificado está associado a crítica à “introdução de imigrantes em lugares fixos”, e ao reconhecimento da importância do extrativismo da “goma elástica”, como podemos perceber na fala de Cardoso Júnior: “não me parece de bom aviso que o estado faça propaganda contra a indústria extractiva, procurando impor á provincia a agricultura”. Preocupações que estavam em pauta, nos debates da *Sociedade Paraense de Imigração*, fundada em novembro de 1885, quando foi articulada a redução dos custos com os núcleos coloniais e a defesa de que a “verba applicada á colonização da **Amazônia**”(PARÁ, 1887: 12-16) estivesse direcionada aos gastos mínimos com transporte de imigrantes e propaganda na Europa. O Próprio Santa-anna Nery chegou a apresentar um projeto neste sentido junto ao Governo do Pará, tentativa que foi vetada pela Assembléia Provincial. Contudo, publicações e estudos realizados pelo futuro Barão e a elaboração de um manual direcionado a apresentar o “*O País das Amazonas*” na Europa tenham sido a semente que disseminou a imagem da Amazônia como um bloco regional unificado e as vantagens de seu *El dorado*; representações que vão ser incorporadas pelos novos setores comerciais que passaram a acumular com a venda da borracha. Uma identidade

bem mais cômoda para elite que se pretendia branca e civilizada, em relação à identidade mestiça, que tem na *cabanagem* seu referencial.

Assim, a Amazônia foi inventada a partir de um discurso de exaltação de seus recursos naturais, dos contatos entre naturalistas (muitos estrangeiros) e nativos mitificados desde os primórdios coloniais e as potencialidades de desenvolvimento econômico. Era a Amazônia uma vitrine para atrair o imigrante europeu. Contudo, a vitrine foi bombardeada por olhares e projetos que eram outros.

Em 1875, na estrada que ligava Belém à Bragança, cerca de 30 quilômetros da Capital, foi fundada a *Colônia Benevides*, inicialmente pensada para receber imigrantes europeus, logo se tornaria um dos maiores focos de atração de trabalhador@s cearenses, o que acabou constituindo-a como uma zona de contato privilegiada entre imigrantes europeus, nacionais e africanos, embora tal contato não fosse diretamente planejado, nem livre de hierarquias. Diante da oposição de imigrantes ao serviço pesado de derrubada de árvores e abertura de roçados, visualizaram que o trabalhador nacional poderia ser integrado em uma rede verticalizada de atividades, pois “esses braços acostumados ao pesado serviço de desbravar nossas gigantescas mattas, são os mais próprios para preparar o terreno, que em parte poderiam vender aos immigrants”(PARÁ, 1872: 57). Ou seja, já havia a expectativa de associar o trabalhador nacional e o estrangeiro em atividades de características distintas, criando hierarquias dentro das colônias agrícolas. O estudo aprofundado das relações de trabalho e cotidianas na *Colônia Benevides* se faz necessário, pois pode nos ajudar a compreender tais conflitos e hierarquias. Até porque, outros sujeitos, além dos migrantes cearenses e europeus, estiveram em atuação. Após o início das migrações em massa de retirantes do Ceará, a população da *Benevides* chegou a ter algo em torno de 9 mil habitantes no ano de 1879. (PARÁ, 1879: 20).

Os núcleos coloniais desviaram-se do objetivo pensado pelos dirigentes locais, de berço de civilização e progresso passaram a interagir com setores marginalizados pela sociedade: “Na onda Abolicionista do Pará, os fugitivos escravos foram buscar proteção – entre outros lugares – na colônia Benevides, junto com colonos cearenses”(GOMES, 1993: 112). Parece que não eram apenas os fujões do Pará que buscavam refugio em *Benevides* e suas imediações. Em setembro de 1878, o chefe de polícia do Ceará solicitou providências aos chefes de polícia do Pará e do Amazonas por haver “a suspeita de ter seguido para ahi como

retirante, ou sido levada por alguém uma escrava fugida de nome Maria.”³ O embarque de retirantes no Ceará era caótico, as autoridades locais perdiam em muitos momentos o controle, principalmente na seca de 1877-1880. O Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, em ofício ao Ministro da Justiça em janeiro de 1879, nos fala de embarques ilegais de passageiros em portos de “Mundahú, Acaraú e Camossim.”⁴

As migrações do Ceará continuaram de forma “espontânea” com o fim da seca de 1877/80. Após 1884 e a abolição, a polícia se volta para a perseguição de criminosos perante a justiça, geralmente acusados de roubo, agressão, homicídio e deserção da guarda nacional ou da polícia. Outro problema que surge com frequência é a acusação de sequestro de menores por aliciadores privados ou mulheres “sedutoras”. Em 1888/89, sob direção do ex-ministro da agricultura, na época, no cargo de Presidente da Província do Ceará, Caio da Silva Prado, passagens só eram concedidas a retirantes que apresentassem uma petição afirmando os motivos da decisão de migrar, quando muitos deles argumentavam o desejo de encontrar parentes que já estavam no Pará ou Amazonas, além de um atestado de idoneidade assinado pelo delegado de polícia do termo de origem e do pároco. Medidas que buscavam monitorar a migração, ou até mesmo manipular seu destino. Esse era o desejo de Caio Prado, direcioná-los para o Sul e se possível para as plantações da família Prado em São Paulo. Ações que não surtiram muito efeito, a contragosto de políticos, da imprensa local do Ceará e de proprietários que percebiam seus campos se despovoarem. A migração para o Norte vai continuar “espontânea” através do aliciamento realizado por recrutadores privados ou como mecanismo de livrar-se das multidões e suas ações de resistência durante as secas.

No Norte, novas Colônias começaram a ser fundadas no entorno da *Benevides*, que passou a apresentar outros elementos de atração além da agricultura: Sejam obras publicas que iniciavam a ser financiadas com lucros da exportação da borracha ou a construção da Estrada de Ferro que ligaria Belém a Bragança a partir de 1880. Iniciativa que buscou resolver outro entrave para o desenvolvimento das colônias, que por mais que tivessem sucesso na produção agrícola, não poderiam cumprir seu papel de “celeiro” para o mercado consumidor de Belém pela dificuldade de transporte.

A chegada em massa de migrantes foi bem aproveitada pelas autoridades. No Maranhão, ainda em 1878, retirantes foram empregados nas obras de construção de estradas,

³ Ofício nº 78 dirigido ao Chefe de Polícia do Pará. nº 80 ao Chefe de Polícia do Amazonas. Fortaleza, 06 de setembro de 1878. APEC: Ala 19, Estante 414, Livros 333. Fundo: Secretaria de Polícia do Ceará. Série: Registro de Ofícios a diversas autoridades fora desta Província. (1878-1891).

⁴ Ofício ao Ministro da Justiça. Fortaleza, 21 de janeiro de 1879. APEC – Livro 181-B: Registro de ofícios do Presidente da Província do Ceará dirigidos a diversos Ministérios do Império – 1879.

pontes e reparos na rua do passeio na capital. Eram 16.000 mil (MARANHÃO, 1878: 11); mão-de-obra farta para as províncias que esmolaram durante anos auxílio do governo imperial para promover seu desenvolvimento. As obras da *Estrada de Ferro de Bragança*, autorizadas desde o início de 1880, foram intensificadas com a chegada de novas levas de trabalhador@s retirantes entre 1888 e 1889.

Contudo, os migrantes portavam além de seus corpos, suas tradições culturais, modos de ser e expectativas de vida. Como mostra uma manifestação em Benevides,⁵ quando “começaram os colonos a mostrar descontentamento e manifestar, como disse irritação. Animados pelos discursos que ali ouviam, chegaram a ameaça de, se os socorros diminuíssem, se dirigirem á capital para os obter.”(PARÁ, 1880: 26). Teriam sido os colonos incentivados a deixar os núcleos em direção aos seringais pelas próprias autoridades locais devido ao receio de ações das multidões?

Aparentemente a receptividade no Amazonas era maior para os migrantes do Ceará. Na estrada ao norte de Manaus, em terras já demarcadas e medidas (o que era uma raridade pela falta de engenheiros para fazer a medição das terras) para a criação de uma colônia de estrangeiros que não teve sucesso, estabeleceram-se “emigrantes cearenses” em lotes “que ainda não estavam ocupados.” Nesta Colônia não só o diretor era cearense como também o professor da escola primária. Em outra, a *Santa Izabel*, o maior obstáculo eram as formigas: “Mais desenvolvida e florescente estaria (...) se as suas terras não estivessem minadas da formiga denominada -sauba-, que tem causado não pequenos prejuizos destruindo as plantações de modo que alguns emigrantes as teem abandonado.”(AMAZONAS, 1878: 43).

Assim, fica evidente que para problematizarmos o conceito de região não podemos desprezar o papel de diferentes atores sociais e formas diversas de interação com a natureza.

⁵ Em geral as colônias, recebiam durante um prazo de seis a três meses recursos do governo, até serem consideradas emancipadas e serem tocadas com recursos próprios, o que nem sempre era possível. Os Diretores eram os responsáveis pela distribuição de lotes, os colonos só recebiam o título de propriedade após quitarem o pagamento do terreno. Alianças indesejáveis e hierarquias internas nos núcleos, poderiam ser um empecilho para realizar o sonho de tornar-se proprietário da terra. Seria esse o motivo das constantes denúncias contra os diretores das colônias? Nacionais, negros, mestiços e europeus eram tratados da mesma forma?

Referências bibliográficas e documentais.

AMAZONAS, *Relatório do Presidente de Província*, 1878.

(<http://www.crl.edu/content/brazil/AMA.htm>)

ABDALA JR, Benjamin. *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN/Massagana; São Paulo: Cortez, 1999

GOMES, Flavio dos Santos. “Quilombos, História e as intervenções da Liberdade e do Cativo”. IN: *Cadernos do CFCH*. V. 12. Nº 1/2 . Belém: UFPA, 1993.

MARANHÃO, *Relatório do Presidente de Província*, 1871-1876-1877-1878.

(<http://www.crl.edu/content/brazil/mara.htm>)

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil.” IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História – Saques e outras ações de massas no Ceará*. RJ: Relume Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PARÁ, *Relatório do Presidente de Província*, 1872-1875-1879-1880-1887.

(<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>)